



“Governança e tecnologia” como eixo estratégico de qualificação em turismo no âmbito do Corredor Bioceânico

“Governance and technology” as a strategic axis for tourism qualification within the Bioceanic Corridor

“Gobernanza y tecnología” como eje estratégico de cualificación en turismo en el ámbito del Corredor Bioceánico

Carla Cristina de Souza¹

Milton Augusto Pasquotto Mariani²

Dyego de Oliveira Arruda³

Patricia Zaczuk Bassinello²

Recebido em: 15/09/2025; revisado e aprovado em: 25/09/2025; aceito em: 25/09/2025

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v26i2.5130>

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar as potencialidades e os desafios para que a governança e a tecnologia se revelem como elementos centrais de um programa de qualificação em turismo para o Corredor Bioceânico. Em termos metodológicos, a pesquisa foi estruturada a partir de cinco etapas em que foram coletados dados secundários, bem como foram realizadas rodas de conversa com atores ligados ao *trade* turístico no contexto do Corredor Bioceânico. Em suma, os resultados da pesquisa revelaram que as organizações do Terceiro Setor possuem papel estratégico importante nas ações de qualificação, afinal, apresentam estreita conexão com os atores da base territorial, principalmente as comunidades locais. Além disso, a pesquisa também apontou a relevância de que sejam empreendidas ações de extensão, com forte protagonismo das instituições de ensino e pesquisa, a fim de que os processos de qualificação culminem em um cenário que permita o desenvolvimento sustentável e duradouro no turismo no Corredor Bioceânico.

Palavras-chave: Corredor Bioceânico; qualificação; governança; turismo; desenvolvimento local.

Abstract: This article aims to present the potentialities and challenges for governance and technology to reveal themselves as central elements of a tourism qualification program for the Bioceanic Corridor. In methodological terms, the research was structured in five stages in which secondary data was collected, as well as roundtable discussions with actors linked to the tourism trade in the context of the Bioceanic Corridor. In short, the research results revealed that third sector organizations play an important strategic role in qualification actions, as they have close connections with actors in the territorial base, especially local communities. In addition, the research also pointed out the importance of undertaking extension actions, with a strong role for educational and research institutions, so that the qualification processes culminate in a scenario that allows for sustainable and lasting development in tourism in the Bioceanic Corridor.

Keywords: Bioceanic Corridor; qualification; governance; tourism; local development.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar las potencialidades y los retos para que la gobernanza y la tecnología se revelen como elementos centrales de un programa de cualificación en turismo para el Corredor Bioceánico. En términos metodológicos, la investigación se estructuró en cinco etapas en las que se recopilaban datos secundarios y se realizaron mesas redondas con actores vinculados al sector turístico en el contexto del Corredor Bioceánico. En suma, los resultados de la investigación revelaron que las organizaciones del tercer sector desempeñan un papel estratégico importante en las acciones de cualificación, ya que, al fin y al cabo, tienen una estrecha conexión con los actores de la base territorial, principalmente las comunidades locales. Además, la investigación también señaló la importancia de emprender acciones de extensión, con un fuerte protagonismo de las instituciones de enseñanza e investigación, a fin de que los procesos de cualificación culminen en un escenario que permita el desarrollo sostenible y duradero del turismo en el Corredor Bioceánico.

Palabras clave: Corredor Bioceánico; cualificación; gobernanza; turismo; desarrollo local.

¹ Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

³ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O Corredor Bioceânico de Capricórnio⁴ representa uma iniciativa cujo propósito fundamental é interligar territórios do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, proporcionando maior intercâmbio de bens, serviços, tecnologias e conhecimentos no contexto da América do Sul (Castro, 2021). É importante registrar que a expressão “Corredor Bioceânico de Capricórnio” decorre de uma terminologia proposta pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), tendo em vista que esses territórios estão abarcados pela linha imaginária do Trópico de Capricórnio (Barros *et al.*, 2020). Espera-se que esse processo de interlocução entre territórios sul-americanos se desdobre não só a partir de dimensões comerciais e econômicas, mas se dê também com base em uma dinâmica de diálogos e trocas culturais e políticas, reforçando o sentimento de comunidade e de pertença na região (Bassinello; Souza; Arruda; Mariani, 2023).

Dentre as atividades socioeconômicas que possuem expressivo potencial para se difundirem no contexto do Corredor Bioceânico está a atividade do turismo. Nesse ínterim, Lunas, Eichenberg e Le Bourlegat (2019) sublinham que os municípios brasileiros que estão no eixo de influência do Corredor Bioceânico tendem a se envolver ativamente no contexto da atividade turística empreendida na região, beneficiando-se desse processo. Ainda segundo os autores, a região Centro-Oeste brasileira – mais especificamente o Estado de Mato Grosso do Sul – reúne territórios tais como o Pantanal e a Serra da Bodoquena, que já são destinos turísticos reconhecidos em termos nacionais e internacionais e tendem, por um lado, a atrair pessoas para o território e, por outro, podem se difundir ainda mais na medida em que o Corredor Bioceânico alcance todo o seu potencial esperado.

Nesse contexto, para que o turismo se desenvolva de maneira consistente no Corredor Bioceânico, é fundamental que sejam empreendidas ações de qualificação, congregando empreendimentos turísticos, trabalhadores(as), organizações sociais e comunidades locais (Arruda; Bassinello; Souza; Mariani, 2021). Em suma, pode-se compreender a qualificação em turismo como o conjunto de práticas formativas cujo propósito é o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para que as pessoas que atuam no oferecimento de produtos e serviços turísticos possam empreender as suas atividades com qualidade, impulsionando o desenvolvimento sustentável do turismo (Silva; Fratucci, 2022).

É importante que os processos de qualificação em turismo estejam conectados a uma dimensão de governança, entendida como o conjunto de parcerias que permite com que o Estado, o setor privado, as instituições acadêmicas e as comunidades locais estejam em intenso processo de cooperação, com o escopo de que as práticas turísticas no Corredor Bioceânico sejam democráticas e sustentáveis, perdurando e se fortalecendo ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a governança no contexto do turismo é compreendida como uma premissa estruturante, já que a própria gênese do Corredor Bioceânico está ligada à ideia de trocas e parcerias permanentes (Franco; Gonçalves; Atienza; Barros, 2023).

Não obstante, é também relevante que as práticas de qualificação em turismo no âmbito do Corredor Bioceânico estejam também calcadas na dimensão da tecnologia, aqui entendida a partir de um prisma socialmente determinado. Nesse ínterim, a tecnologia não perfaz tão somente

⁴ É importante sublinhar que o presente artigo foi desenvolvido a partir do contexto do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Dessa forma, sempre que fizermos menção a “Corredor Bioceânico” neste texto, estaremos nos referindo ao conjunto de territórios abarcados pelo Corredor Bioceânico de Capricórnio.

um conjunto de máquinas ou equipamentos modernos, mas sim um complexo emaranhado de saberes coletivamente partilhados, que se traduzem em práticas concretas que, no âmbito do turismo, resultam em produtos e serviços turísticos memoráveis, autênticos e conectados com as experiências mais profundas e genuínas dos visitantes (Martins; Santos, 2022).

Portanto, tendo como pano de fundo os aspectos acima sumarizados, o presente artigo parte da seguinte questão de pesquisa: de que maneira a governança e tecnologia podem se traduzir enquanto eixos estruturantes dos processos de qualificação em turismo no âmbito do Corredor Bioceânico? Com base nesta questão de pesquisa, este artigo tem como objetivo apresentar as potencialidades e os desafios para que a governança e a tecnologia se revelem como elementos centrais de um programa de qualificação em turismo para o Corredor Bioceânico.

Consideramos que o presente estudo se reveste de significativa contribuição para que a atividade do turismo no Corredor Bioceânico ocorra de maneira mais efetiva e participativa, congregando principalmente as comunidades locais dos territórios. Além disso, este estudo se insere no contexto de um conjunto de investigações que, nos últimos anos, ampliou os conhecimentos e as experiências em torno das potencialidades e desafios do Corredor Bioceânico, a fim de que esta iniciativa alcance todo o potencial que se espera dela.

Em síntese, este artigo está dividido em quatro seções, para além desta introdução. Na primeira seção, são apresentadas as bases teórico-conceituais a partir das quais as ideias de governança e tecnologia são compreendidas na pesquisa. Na sequência, na segunda seção, foram delineadas as diretrizes metodológicas que culminaram nos resultados necessários para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado. Na terceira seção, apresentamos uma proposta de programa de qualificação em turismo no âmbito do Corredor Bioceânico, sublinhando as potencialidades e os desafios para que a governança e a tecnologia figurem como elementos centrais dessas iniciativas formativas. Por fim, na quarta e última seção, sintetizamos as considerações finais da pesquisa, pontuando caminhos para que novas investigações possam ser conduzidas a partir dos principais achados e inferências deste artigo.

2 GOVERNANÇA E TECNOLOGIA NA QUALIFICAÇÃO EM TURISMO

Pode-se entender governança como “[...] o conjunto de mecanismos, processos, estruturas e instituições por meio dos quais diversos grupos de interesses se articulam, negociam, exercem influência e poder” (Knopp, 2011, p. 58). Em suma, o estabelecimento de relações de governança rompe com a lógica unidirecional e monocrática nos processos de tomada de decisão, de modo que as escolhas, nessa perspectiva, passam a se dar a partir de um arranjo em que múltiplos atores interagem entre si, em busca de consensos ou mesmo minimização de conflitos previamente existentes (Castilhos; Silva, 2020).

É importante frisar que, no escopo do presente trabalho, partimos da perspectiva que compreende a governança a partir de um prisma socialmente determinado, que carece, portanto, de processos de participação dos grupos sociais organizados. Isso significa dizer que a governança, aqui, é lida como uma categoria teórico-analítica que está para além de um jargão meramente tecnocrático e empresarial, resultando em práticas concretas de diálogo e participação de grupos sociais e comunidades (Dias; Paiva, 2015).

No entender de Kissler e Heidemann (2006), a governança resulta em processos decisórios coletivos, transparentes e dialógicos, conduzidos tanto pelo Estado quanto pelas empresas e sociedade civil organizada, tendo como meta a busca de soluções inovadoras para problemas

sociais e econômicos complexos. Nesse ínterim, ainda segundo os autores, a governança carece de processos democráticos e tende a se aprimorar com a difusão e o fortalecimento das democracias entre as nações globais.

A governança, quando calcada em princípios sociais e democráticos, tende a produzir processos de emancipação de grupos historicamente vulnerabilizados (Dias; Paiva, 2015). Nesse ínterim, o estabelecimento de relações de governança para a tomada de decisões tende a estimular espaços de participação popular (tais como as associações, cooperativas, agremiações ou mesmo os conselhos de políticas públicas), em que as comunidades locais passam a se sentir encorajadas a tomarem as rédeas dos destinos de seus territórios (Cançado; Tavares; Dallabrida, 2013).

Castilhos e Silva (2020) lembram que o debate sobre governança se difundiu em um contexto em que o Estado, no pós-Segunda Guerra Mundial, passou a demonstrar sinais de que não seria capaz de prover o conjunto de demandas das sociedades modernas. Dessa maneira, as organizações (sejam elas públicas ou privadas) e a sociedade civil organizada se viram instadas a reivindicarem espaços na agenda pública de tomada de decisão, ainda que essa dinâmica seja carregada de obstáculos permeados por relações de poder.

Dessa forma, compreender em profundidade as relações de governança implica em considerar o modo como o poder se distribui nos territórios (Torres, 2016). Isso significa dizer que as práticas de governança nos territórios são atravessadas por relações de poder, em que os grupos se organizam para que, no processo de negociação e tomada de decisão, prevaleçam os seus próprios interesses. Assim sendo, é crucial que as comunidades locais possam se articular entre si, a partir de processos calcados em sentimentos de pertença e de coletividade, a fim de que suas demandas possam subsistir ante às ações dos grupos que possuem poderio econômico e político nos territórios (Marinho, 2013).

Martini e Schreiber (2025) lembram que o debate sobre governança está na ordem do dia no que se refere às práticas de desenvolvimento sustentável. Assim, ainda segundo os autores em questão, para que as práticas sustentáveis sejam elementos duradouros e concretos, é fundamental que essas ações estejam calcadas em relações de governança nas quais também estejam as comunidades locais, que normalmente são os grupos mais diretamente afetados pelos desafios em torno do desenvolvimento sustentável.

É interessante e potente considerar que o estabelecimento de relações de governança nutre estreita relação com a tecnologia – esta última entendida também a partir de um prisma socialmente determinado, que engloba o conjunto de elementos característicos do saber-fazer partilhado pelas comunidades (Medeiros *et al.*, 2017; Castilhos; Silva, 2020). Nesse contexto, a tecnologia se apresenta como aspecto facilitador da construção dos processos de governança, uma vez que (Castilhos; Silva, 2020): (a) promove processos de participação, transparência e controle social de medidas tomadas no contexto de um determinado território; (b) fazem com que os sujeitos se sintam representados e integrados, afinal, o seu saber-fazer é considerado importante e estratégico nos processos de desenvolvimento; e (c) estimula maior eficiência das ações, na medida em que as estratégias de governança já nascem, em sua gênese, a partir de um processo participativo.

Debater tecnologia, contemporaneamente, implica em considerá-la um aspecto inescapável, afinal, as relações sociais são cada vez mais permeadas pela ideia de tecnologia. Nessa perspectiva, é crucial, então, que a tecnologia seja trabalhada e planejada para que se

constitua enquanto um elemento aliado nos processos de desenvolvimento e emancipação dos territórios. Ventura, Andrade e Almeida (2011) sugerem que, em um contexto de emergências globais das mais variadas possíveis (em especial, no campo climático), é fundamental que a tecnologia seja facilitadora dos processos de governança para que a sociedade-mundo, de maneira coesa e coordenada, consiga lidar com os grandes desafios que se impõem sobre o mundo todo.

Quando consideramos, em específico, o fenômeno do turismo, fica evidente que tal atividade carece de processos de governança e tecnologia, afinal, trata-se de uma atividade dinâmica, em constante evolução e que carece de trocas e interconexões entre diversos atores, dentre os quais estão: o Estado, as agências e operadoras de turismo, a rede hoteleira, as empresas de transporte e as próprias comunidades locais, que são impactadas direta ou indiretamente pelas práticas turísticas (Santos; Emmendoerfer; Mediotte; Matos, 2022; Feger; Kaiser; Minasi; Fratucci, 2024).

Para que os territórios consigam se planejar para o desenvolvimento do turismo, é preciso que sejam empreendidas práticas de letramento para o estímulo à maior governança e difusão de tecnologias. Em outros termos, isso significa dizer que as ações de qualificação em turismo precisam ser sensíveis à necessidade de auxiliar, de maneira dialógica, os agentes que atuam direta ou indiretamente com o turismo em certo território, de forma que possam construir processos de governança e disseminar tecnologias entre si (Martins; Santos, 2022).

Quando consideramos, no âmbito das discussões aqui sumarizadas, o contexto do turismo no Corredor Bioceânico, é importante partir da perspectiva de que esta atividade, por ser emergente, ainda carece de estímulos e práticas formativas para que a governança e a tecnologia possam se estruturar no território, fomentando os processos de interconexão, inclusive na seara internacional, com os países que também compõem o Corredor Bioceânico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa que, no entender de Creswell (2010), perfaz uma forma útil e potente para a compreensão do significado de um problema social ou humano, na visão de indivíduos ou grupos diretamente envolvidos e/ou afetados com o problema em questão. Tuzzo, Santos e Braga (2024) acrescentam que os estudos qualitativos, por serem altamente flexíveis e engajados com o contexto de pesquisa, permitem ao/à pesquisador(a) uma compreensão profunda e detalhada do problema de pesquisa que está sob investigação.

É importante sublinhar que a presente investigação foi estruturada a partir das experiências dos(as) autores(as), que estão vinculados(as) a instituições de ensino e pesquisa que possuem projetos voltados à compreensão do fenômeno do turismo no Corredor Bioceânico. Dessa forma, como primeira tática de pesquisa, tendo como meta uma aproximação com o contexto em investigação, estabelecemos contatos com atores do *trade* turístico envolvidos com o Corredor Bioceânico, tendo como propósito: (a) compreender as dinâmicas das práticas de qualificação em turismo já realizadas no território; (b) coletar dados secundários acerca da configuração do fenômeno do turismo no território; e (c) mapear a rede de atores envolvidos com as práticas de qualificação em turismo no Corredor Bioceânico. Dentre esses atores do *trade* turístico com as quais dialogamos nesta etapa preliminar estão: representantes do poder público, associações de empresas do segmento de turismo e pesquisadores(as) vinculados a instituições acadêmicas localizadas nos municípios, além dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil (OSCs) que empreendem ações na localidade.

Vale frisar que os diálogos acima mencionados foram estabelecidos com atores do *trade* turístico de municípios brasileiros que compõem o Corredor Bioceânico, que, por sua vez, abarca cidades sul-mato-grossenses, tais como: Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho – este último, configurando-se como ponto estratégico de saída de Mato Grosso do Sul rumo ao Oceano Pacífico.

Em suma, a primeira etapa focou no processo de caracterização multidimensional dos municípios envolvidos a partir de dados secundários disponíveis em fontes oficiais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Além dessas fontes, empreendemos também buscas a partir dos sítios eletrônicos das prefeituras, do governo do Estado de Mato Grosso do Sul e de observatórios, dentre os quais estão o Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul (ObservaturMS) e o Observatório do Turismo e Eventos de Bonito (Oteb), que engloba o município de Bonito e região.

Na segunda etapa da pesquisa, tendo como ponto de partida a caracterização multidimensional, foi providenciado o mapeamento da rede de atores-chave do turismo no território em análise. Em resumo, os critérios de “seleção” dos atores-chave para a composição da rede foram os seguintes: (a) atuar na seara do turismo nos municípios que compõem o Corredor Bioceânico de Capricórnio; (b) manifestar disponibilidade e concordância para participar da pesquisa; e (c) dispor de informações sobre os processos de oferta e demanda por qualificação em turismo na base territorial em análise.

Previamente, partiu-se da perspectiva de que os gestores públicos do turismo no Estado e nos municípios seriam atores fundamentais para a compreensão dos processos de qualificação no Corredor Bioceânico de Capricórnio, uma vez que tal temática (qualificação no turismo) é um elemento que compõe as agendas de políticas públicas no país e nos estados. Ademais, partiu-se da premissa de que as organizações do Sistema S (Sebrae, Senac e Senar) seriam importantes na compreensão dos processos de qualificação. Por fim, chamou atenção o fato de que, nos primeiros diálogos realizados no âmbito do mapeamento da rede, ficou evidente que as OSCs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), além dos negócios privados de alto impacto social, foram atores citados como relevantes nos processos de qualificação na base territorial.

Ainda cabe destacar as Instâncias de Governança Regional (IGRs), que também se configuram como representações estratégicas no processo de qualificação do turismo no âmbito do Corredor Bioceânico de Capricórnio, uma vez que são estruturas que articulam a gestão colaborativa entre os municípios e demais atores locais, fundamentais para o fortalecimento do turismo das regiões. As nove IGRs reconhecidas no Estado de Mato Grosso do Sul são: (1) Bonito-Serra da Bodoquena, representada pelo *Bonito Convention & Visitors Bureau*; (2) Celeiro do MS, organizada pela Agência de Desenvolvimento da Grande Dourados (Adegrand); (3) Caminhos da Fronteira, estruturada pela Agência de Desenvolvimento Regional Fronteiras da Inovação; (4) Caminhos da Natureza/Cone Sul, coordenada pela Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Conesul (que engloba municípios do sul e sudeste sul-mato-grossense); (5) Campo Grande dos Ipês, representada pelo *Campo Grande dos Ipês Convention & Visitors Bureau*; (6) Costa Leste, articulada pela Associação Integra Costa Leste de Mato Grosso do Sul; (7) Pantanal, estruturada pelo *Visit Pantanal*; (8) Rota Cerrado Pantanal, organizada pela Agência de Desenvolvimento Econômico Cerrado Pantanal (Acepan); e (9) Vale das Águas, coordenada pela Agência de Desenvolvimento Vale das Águas.

Quanto à terceira etapa da pesquisa, houve um processo de levantamento de dados secundários acerca dos cursos e das atividades formativas, direta ou indiretamente relacionados ao turismo, que ocorreram nos municípios que compõem o Corredor Bioceânico de Capricórnio. Os dados referentes aos processos de qualificação no turismo foram encaminhados aos(as) pesquisadores(as) por e-mail, de modo que pudemos constatar que diversas instituições da rede desenvolvem atuação transversal em múltiplos municípios.

Na quarta etapa da pesquisa, após o levantamento de dados secundários, os(as) pesquisadores(as) realizaram reuniões virtuais para refletir sobre os processos de qualificação em turismo na base territorial. A partir dessas reflexões, foram elaborados protocolos com questões norteadoras para rodas de conversa com a rede – estruturada a partir dos insumos da etapa 2 – visando à coleta de informações primárias sobre a oferta e a demanda por qualificação em turismo nos municípios já citados.

Os dados primários foram coletados por meio de rodas de conversa, grupos pequenos e minimamente homogêneos, mediados por pesquisador(a), nos quais os/as participantes debateram questões propostas, permitindo a emergência de reflexões (Pinheiro, 2020). Todas as rodas de conversa ocorreram remotamente via plataforma Zoom, demandando esforço da equipe para compatibilizar agendas de todos(as) os(as) participantes. As gravações foram integralmente transcritas e analisadas por meio de análise de conteúdo, permitindo identificar, a partir das discursividades dos debates, os principais elementos da dinâmica de oferta e demanda por qualificação em turismo nos municípios do Corredor Bioceânico. É importante registrar que a análise de conteúdo, conforme sugere Bardin (2016), foi importante para o desenvolvimento da presente pesquisa porque possibilitou a sistematização, a análise e a identificação de padrões e relações entre os dados textuais decorrentes das rodas de conversa que foram realizadas.

Portanto, de posse dos resultados da sistematização dos dados primários da pesquisa, conduzimos a quinta etapa da investigação, que culminou na elaboração de um programa de qualificação em turismo calcado nos eixos governança e tecnologia no contexto do turismo nos municípios do Corredor Bioceânico, conforme apresentaremos na próxima seção deste artigo.

4 PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO EM TURISMO NO CONTEXTO DO CORREDOR BIOCEÂNICO

Seguindo os resultados das cinco etapas que foram empreendidas ao longo do processo de coleta de dados da pesquisa, a seguir, na Figura 1, destacamos a rede de atores vinculados à base territorial e que, de forma direta ou indireta, participam de ações de qualificação em turismo nos municípios do Corredor Bioceânico. Entre esses atores, sobressai o Terceiro Setor (OSCs e Oscips), identificado como o principal e mais alto eixo de influência na base territorial, em razão de seu elevado poder de articulação com os demais grupos, além de representar um elo de confiança fundamental para a eventual execução do presente programa, com um histórico consolidado na implementação de projetos sociais junto aos(as) trabalhadores(as) das comunidades tradicionais que desenvolvem atividades turísticas na região.

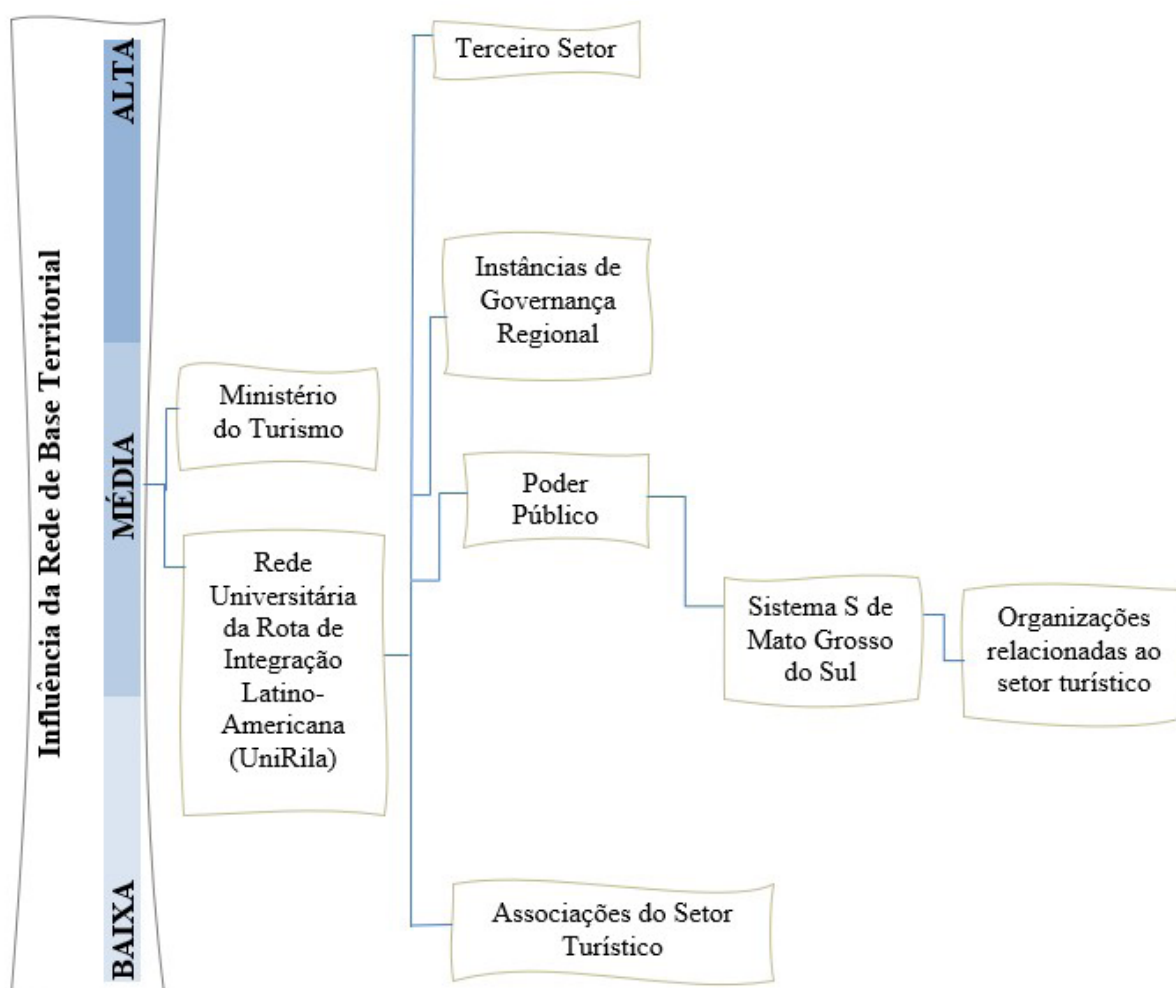
Cabe ressaltar que tais instituições do Terceiro Setor já mantêm parcerias com a equipe de pesquisadores(as) por meio de projetos em andamento e compõem uma rede de resistência em defesa e empoderamento dos territórios. Sua atuação envolve a geração de renda, a promoção da soberania alimentar e a conservação e valorização do patrimônio cultural e territorial das

comunidades tradicionais (grupos historicamente marcados por alta vulnerabilidade e restrições à vivência plena em seus territórios), que constituem o público-alvo central do presente programa de qualificação.

Chama atenção o fato de que a Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana (UniRila), que congrega uma série de instituições de ensino e pesquisa com projetos em desenvolvimento sobre o Corredor Bioceânico, é identificada como um ator de média influência na base territorial. Dessa forma, verifica-se a necessidade de que a UniRila empreenda esforços para se fazer ainda mais presente no território, contribuindo de maneira mais próxima com os desafios apresentados pelos sujeitos e instituições que estão nos municípios contemplados na pesquisa.

Outro aspecto salutar é a constatação de que as associações do setor turístico – tais como a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), por exemplo – a despeito da sua importância na defesa das instituições que representam, ainda assim possuem um nível de articulação no território aquém do que seria esperado e desejado.

Figura 1 – Sociograma com a rede de atores da base territorial e seu nível de influência



Fonte: Elaborado pelos(as) pesquisadores(as) (2025).

Quando consideramos os detalhes das demandas manifestadas pelos atores da base territorial, nos deparamos com aspectos ligados às fragilidades organizacionais, estruturais e operacionais, principalmente quanto à definição de conteúdos programáticos, métodos de ensino e orientação de docentes e instrutores(as), não abrangendo uma formação integrada que contemple conhecimentos básicos, técnicos e de gestão, somado à inexistência de “cidadania” e de “pertencimento” em seus conteúdos formativos, geralmente não dialogados com as realidades locais dos territórios. Assim sendo, percebemos que essas reivindicações evidenciam o surgimento de outros sujeitos sociais e culturais na base territorial – excluídos ainda do processo de desenvolvimento da atividade turística –, logo, de um(a) possível trabalhador(a) em turismo.

A partir dessa reflexão, entendemos que na base territorial em análise no presente artigo emergem dois direcionamentos de demanda por qualificação em turismo, a saber: (a) trabalhadores(as) de turismo já inseridos(as) no mercado como gestores e atores da linha de frente da atividade turística, sem contar a necessidade de inserção de egressos(as) de cursos); e (b) novos(as) profissionais (povos e comunidades tradicionais de diferentes representatividades, tais como mulheres, jovens, idosos, pessoas negras, indígenas, além das pessoas com deficiências).

Dessa forma, em um cenário ideal, um programa de qualificação em turismo no contexto do Corredor Bioceânico deve ter como premissa o desafio de contribuir para o desenvolvimento profissional e social dos(as) trabalhadores(as) em turismo, para o aperfeiçoamento do processo formativo na prestação dos serviços e produtos turísticos, bem como para o acesso e a ampliação de empregabilidade a jovens, pessoas adultas, comunidades tradicionais e idosos(as) de diferentes representatividades, por meio de cursos e projetos integrados, transversais, colaborativos e inclusivos, de modo que esses indivíduos se tornem sujeitos sociais multiplicadores e articuladores do desenvolvimento do turismo, reduzindo as desigualdades regionais e possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida.

De forma mais específica, compreendemos que os objetivos de um programa de qualificação em turismo idealmente deve se desdobrar nas seguintes premissas: (a) fortalecimento dos níveis de escolaridade formal dos trabalhadores em turismo; (b) atendimento às demandas de grupos historicamente marginalizados, tais como as comunidades tradicionais e as comunidades periféricas; (c) promoção do empoderamento de mulheres e idosos; e (d) estímulo ao empreendedorismo no âmbito dos jovens e das mulheres.

Abaixo, apresentamos uma discussão pormenorizada acerca dos objetivos do presente programa de qualificação, tendo como “recorte” o eixo temático que denominamos de “governança e tecnologia”.

4.1 Eixo governança e tecnologia no âmbito do programa de qualificação em turismo

O eixo governança e tecnologia emergiu como uma das temáticas estratégicas para qualificação dentro do território brasileiro que compõe o Corredor Bioceânico. Apontamos as especificidades desse eixo a partir de aspectos considerados sensíveis (denominados por nós, ao longo deste artigo, como “nós críticos”), sendo os principais deles: (a) interação entre as esferas do público, do privado e do Terceiro Setor; (b) cultura e turismo como política pública e como conteúdo ativo; (c) políticas públicas descontínuas de qualificação; (d) escolaridade baixa; (e) comunidades tradicionais não inseridas em roteiros turísticos; (f) produção, logística, precificação e comercialização de atrativos culturais e naturais; (g) comunidades não inseridas

em roteiros turísticos; (h) cursos de línguas estrangeiras; (i) governança turística e territorial; (j) cooperativismo nas comunidades; (k) marketing de destinos; (l) sistemas de informática e ferramentas de marketing – mídias digitais; e (m) empreendedorismo e gestão financeira.

Entendemos que a execução de projetos sociais articulados pelas organizações do Terceiro Setor e pelas universidades representa uma excelente estratégia para atingirmos os principais atores do presente programa, os(as) trabalhadores(as) do turismo de comunidades locais, já que, de modo geral, o que permeia a missão da rede de base territorial é a viabilização de caminhos e possibilidades para atuação, a visibilidade e a emancipação desses sujeitos.

Para execução de ações de projetos em diálogo com o Terceiro Setor e universidades, no entanto, há uma importância em se firmar uma parceria consolidada com o governo local: secretarias municipais do Turismo, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (Fundtur-MS) e outras instituições da área do turismo local, como as instâncias de governança turística do Estado, fortalecendo uma articulação entre as redes institucionais. Há variadas possibilidades de esta parceria ser firmada, dentre as quais destacamos os seguintes caminhos: emendas parlamentares e termos de fomento, além dos termos de colaboração. Em todas elas, o Terceiro Setor e as universidades estabeleceriam uma parceria com a administração pública para viabilizar ações de interesse mútuo em determinada área. Neste sentido, a governança local precisaria compreender o seu papel de gestora e investidora, aprimorar sua gestão financeira, articular-se com outras instituições, como o Terceiro Setor e empresariados (fortalecendo a possibilidade de rede), e priorizar a importância dos saberes locais, culturais e territoriais dos sujeitos pertencentes aos territórios turísticos.

De qualquer forma, o que há de urgente a ser alterado para que tenhamos um turismo promissor no Corredor Bioceânico, no que concerne às comunidades e aos saberes locais, é a articulação com o governo local e as instâncias de governança. Acreditamos que seja dever do poder público garantir uma equidade de oportunidades no turismo do Corredor Bioceânico. As comunidades locais precisam, portanto: estar inseridas nos roteiros turísticos e nos planos municipais de turismo e ter emancipação e valorização dos seus saberes culturais locais. Além disso, há uma necessidade de estruturação que permita maior visibilidade para esses(as) pequenos(as) empreendedores(as). Estas e outras etapas podem ser consolidadas através de uma articulação entre governança e o Terceiro Setor, que já possui uma história de atuação com essas comunidades, cada uma com sua singularidade e missão, conforme já destacamos anteriormente neste artigo.

De modo específico, os objetivos a serem perseguidos seriam os seguintes: (a) apresentar ao poder público local suas funções, com o turismo do Corredor Bioceânico como instrumento norteador da Política Nacional de Turismo; b) apresentar ao Terceiro Setor as possibilidades de articulação com o governo local amparadas pela Lei de Parcerias (Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014); c) fortalecer o turismo de comunidades tradicionais, a partir de investimentos do governo local; d) articular com o governo local a urgência de projetos que estejam em consonância com as necessidades das comunidades locais e valorização dos seus saberes; e e) fortalecer projetos voltados para a divulgação do turismo.

O quadro 1 sumariza as ações relacionadas às dimensões de governança e tecnologia, que possuem diferentes níveis de prioridade – alta, média e baixa –, à luz dos olhares e percepções dos sujeitos que participaram da presente pesquisa.

Quadro 1 – Detalhes das ações prioritárias por tema (nós críticos) – eixo governança e tecnologia

Prioridade	Tema (nós críticos)	Descrição
Alta	Cultura e turismo como política pública formativa	Cultura como prioridade nas instâncias de governança regionais, dando visibilidade às comunidades e aos seus saberes no âmbito da cadeia produtiva do turismo. Conexão com conteúdos pedagógicos e planos de negócios com as especificidades regionais e em parceria com ensino básico e técnico
Alta	Interação Público – Privado – Terceiro Setor – Instâncias de Governança	Importância de uma rede de atores fortalecida para planejamento e monitoramento dos planos municipais de turismo e ampliação da representatividade nas instâncias regionais
Alta	Baixa Escolaridade	Necessidade de considerar linguagens pedagógicas adequadas, especialmente no ensino básico e técnico, pensando em quem ainda não está inserido na educação formal
Alta	Comunidades tradicionais não inseridas em roteiros turísticos	A cultura como produto turístico ainda é pouco desenvolvida pelas instâncias de governança no turismo, o que enfraquece a inserção de comunidades tradicionais nos roteiros
Alta	Produção, logística, precificação e comercialização de atrativos culturais e naturais	A falta de interação entre redes invisibiliza produtos e práticas culturais. Priorizar extensão universitária e parcerias para fomentar produtos culturais locais e uso de tecnologias no turismo
Média	Cooperativismo nas comunidades	Fomento à agricultura familiar e ao empreendedorismo social
Média	Marketing de destinos	Qualificação em ferramentas inovadoras e globais de divulgação dos destinos turísticos
Média	Sistemas de informática e ferramentas de marketing	Inclusão digital de trabalhadores(as) do turismo não familiarizados com tecnologias, indo além do marketing
Baixa	Cursos de línguas estrangeiras	Facilitar diálogo entre trabalhadores(as), gestão local e turistas estrangeiros
Baixa	Empreendedorismo e gestão financeira	Qualificação para pequenos empreendedores(as) na gestão de negócios turísticos

Fonte: Elaborado pelos(as) pesquisadores(as) (2025).

Ao voltarmos as nossas atenções para os principais obstáculos identificados, na etapa de elaboração do programa de qualificação em turismo da base territorial, optamos por denominar esses empecilhos como “muro dos obstáculos” para a efetiva e adequada qualificação dos(as) trabalhadores(as) no turismo sul-mato-grossense. Compõem este “muro dos obstáculos”: (a) falta de auxílio financeiro para que os atores da base territorial possam se envolver nas atividades de formação em turismo (exemplo: bolsas de projetos de extensão, ensino e pesquisa); (b) o não envolvimento e a carência de sinergias entre os atores do sistema educacional da área de turismo na base territorial; (c) o não envolvimento dos grupos das comunidades tradicionais, abrangendo principalmente mulheres e idosos; (d) a carência de infraestrutura física e material (salas de aula, auditório, alojamentos, laboratórios, cozinha, computadores, *notebooks*, barcos e afins); (e) a ausência de alternativas de transporte para o deslocamento até locais mais adequados para as atividades formativas; (f) a ausência de articulação entre os atores que compõem a rede de turismo na base territorial; (g) a carência de perspectivas teóricas e metodológicas de caráter interdisciplinar e transdisciplinar; (h) a falta de conectividade à internet por parte dos atores do

turismo na base territorial, especialmente nas comunidades tradicionais; (i) a baixa autoestima e sentimento de vergonha dos jovens no envolvimento e operacionalização das atividades básicas; (j) a falta de ciência e proatividade do poder público quanto às potencialidades da base territorial; (k) o desconhecimento do patrimônio cultural por parte das comunidades tradicionais; (l) ausência de projetos de mídias voltados à divulgação do turismo desenvolvido na base territorial; e (m) a falta de ciência quanto aos saberes tradicionais presentes na base territorial, além da ausência de articulação entre governos locais e comunidades tradicionais e comunidades periféricas.

Na perspectiva deste programa, entre os resultados desejados para o eixo de governança e tecnologia destacamos: (a) comunidades inseridas em roteiros turísticos; (b) efetivação da interação público-privado-terceiro setor; (c) políticas públicas territoriais de qualificação de caráter contínuo; (d) propor a difusão de novas tecnologias entre os atores do turismo na base territorial; (e) elaboração de planos de negócios conectados com as realidades do território; (f) monitoramento da implementação dos planos municipais de turismo da base territorial; (g) investimentos em infraestrutura e materiais para o adequado uso da Base de Estudos do Pantanal (BEP) enquanto espaço de formação para o turismo, esta última vinculada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

É fundamental destacar o papel das ações de extensão na proposição deste programa, sustentadas pela convicção de que projetos de qualificação em turismo (como cursos, oficinas e outros eventos formativos) podem ser planejados e, eventualmente, financiados por meio dos programas e agendas de extensão já consolidados há anos pelas universidades e institutos federais em diferentes unidades da federação.

Destacamos as principais ações de extensão que poderiam ser empreendidas na base territorial, no contexto do eixo governança e tecnologia, entre elas os cursos de: (a) produção, logística, precificação e comercialização de atrativos culturais e naturais; (b) sistemas de informática e ferramentas de marketing – mídias digitais; (c) cooperativismo e empreendedorismo para as comunidades tradicionais da base territorial; (d) curso para o fortalecimento da rede da base territorial; e (e) curso de governança turística de base territorial.

É natural que as ações de extensão acima pontuadas sejam desafiadoras e complexas, requerendo um conjunto de ações e estratégias transversais que permitam, de forma mais adequada, a consecução dos objetivos dos projetos de qualificação no turismo. De todo modo, entendemos que as ações de extensão em análise são potentes e, uma vez executadas, permitiriam, de forma sinérgica e potente, a (re)significação da condição de subalternidade e vulnerabilidade de muitos dos grupos e comunidades tradicionais que pretendemos atingir com este programa de qualificação.

Um dos caminhos para a execução de muitas das ações de extensão acima apontadas seria o estabelecimento e consolidação de parcerias entre as universidades (dentre as quais, a UFMS), o poder público regional e local (prefeituras, secretarias e fundações de turismo), as IGRs e as organizações do Terceiro Setor.

Conforme já demonstramos ao longo do programa de qualificação sugerido, as organizações do Terceiro Setor, em diálogo com as universidades, desempenham um papel crucial na base territorial, uma vez que tais organizações, em muitos casos, conhecem, de forma muito precisa, as formas de organização e as múltiplas demandas das comunidades tradicionais. Portanto, em função do supracitado protagonismo e importância, vale dizer que todo o processo de estruturação das ações de extensão que constam nesse programa foi pensado tendo como escopo

permitir com que a execução das ações, “na prática”, valha-se da *expertise*, das parcerias e da consequente capacidade de tais organizações de interagirem e mobilizarem as comunidades e grupos historicamente subalternizados, que perfazem o público prioritário dos objetivos e das estratégias de atuação propostos neste programa de qualificação do turismo no âmbito do Corredor Bioceânico de Capricórnio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente programa de qualificação, de um modo geral, almejou apresentar os detalhes e os caminhos a partir dos quais, no Corredor Bioceânico de Capricórnio, podem-se ter atividades formativas que sejam coerentes com a necessidade de empoderar e incrementar a qualidade de vida de grupos historicamente subalternizados e invisibilizados, tais como comunidades de ribeirinhos, quilombolas, pescadores, indígenas e afins. Vale ressaltar, por ser oportuno, que todas as ações de extensão (projetos prioritários) sugeridos no escopo deste programa, no eixo Governança e Tecnologia, estão condizentes com premissas teórico-epistemológicas pós-construtivistas e almejam contribuir com o propósito supracitado, qual seja: permitir uma melhoria da qualidade de vida de grupos historicamente subalternizados.

Somado a isso, investir na governança turística a partir de ações com comunidades locais garante a participação destas nas tomadas de decisões, o respeito à autonomia desses grupos, a diversificação de ativos e produtos territoriais e competitivos para o mercado turístico e a promoção da sustentabilidade ambiental, incentivando práticas turísticas que respeitem o ambiente e o território da sociobiodiversidade local. Isso inclui gestão responsável dos ativos, manejo cooperativo, inovação por meio de tecnologias sociais e redução de impactos social, cultural e ambiental do turismo.

Outro aspecto fundamental a ser destacado é que a proposta deste programa de qualificação em turismo deve estar vinculada a uma formação crítica, concebida como um processo pedagógico que reconhece e valoriza os saberes culturais locais como conhecimentos centrais, em condição de igualdade com os saberes acadêmicos e técnicos. Nessa perspectiva, as ações formativas podem se configurar como espaços estratégicos de diálogo intercultural, nos quais os conhecimentos acadêmicos se articulam de forma horizontal com os conhecimentos das comunidades. Trata-se de reconhecer outras epistemologias, situando-as no mesmo plano de imanência, sem hierarquizações, abrindo possibilidades para a emergência de novos afetos (Deleuze; Guattari, 2010) e formas de produzir conhecimento.

Por fim, o turismo, nessa perspectiva do programa, a partir do eixo Governança e Tecnologia, está intimamente implicado em um projeto amplo de gestão participativa alinhado ao desenvolvimento social e territorial. Isto é, a proposta não se restringe apenas à emancipação econômica, mas compreende que esse percurso deve estar integralmente comprometido com o fortalecimento sociocultural e do bem viver. Trata-se, portanto, de pensar o aspecto econômico em diálogo com o patrimônio cultural para uma transformação social dos territórios que compõem o Corredor Bioceânico, auxiliando a fortalecer este último como um destino competitivo integrado com atores e comprometido com projetos coletivos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Dyego de Oliveira; BASSINELLO, Patricia Zaczuk; SOUZA, Carla Cristina de; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Proposta de qualificação em turismo no território brasileiro da Rota Bioceânica à luz da Política Nacional de Qualificação em Turismo (PNQT). *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 22, n. 4, p. 1317–34, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v22i4.3376>

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Pedro Silva *et al.* *Corredor bioceânico de Mato Grosso do Sul ao pacífico: produção e comércio na rota da integração sul-americana*. Campo Grande: UEMS; Brasília: Ipea, 2020.

BASSINELLO, Patricia Zaczuk; SOUZA, Carla Cristina de; ARRUDA, Dyego de Oliveira; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. A importância da dimensão da cultura nos processos de qualificação em turismo nos territórios brasileiros da Rota Bioceânica. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. 1–18, 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i4.4188>

CANÇADO, Airton Cardoso; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA, Valdir Roque. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 313–53, 2013.

CASTILHOS, Alexandre; SILVA, Tania Nunes. Governança aplicada às tecnologias sociais para populações em situação de risco socioeconômico associada ao paradigma da sustentabilidade. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 1–19, 2020. Doi: <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i2.5458>

CASTRO, João Carlos Parkinson. Analytical studies about the Bioceanic Corridor. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 22, n. 4, p. 1061–76, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v22i4.3484>

CRESWELL, John. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

DIAS, Thiago Ferreira; PAIVA, Juarez Azevedo. Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: um olhar a partir processo de governança dos Colegiados Territoriais Brasileiros. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 17, ed. esp., p. 91–105, 2015.

FEGER, Jose Elmar; KAIZER, Everton Felipe; MINASI, Sarah Marroni; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A Participação plural no contexto da governança do turismo de Curitiba/PR. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 18, p. 1–16, 2024. Doi: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2892>

FRANCO, Ledys; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; ATIENZA, Miguel; BARROS, Pedro Silva. *Redes de actores y su rol en el desarrollo de corredores: diagnóstico y propuesta de gobernanza para el Corredor Bioceánico vial Mato Grosso do Sul – puertos del norte de Chile*. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. [Texto para Discusión, n. 1]. Doi: <http://dx.doi.org/10.38116/tde01>

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479–99, 2006.

KNOPP, Glauco. Governança social, território e desenvolvimento. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 53–74, 2011.

LUNAS, Maria Cristiane Fernandes da Silva; EICHENBERG, Fábio Orlando; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Desafios do planejamento turístico do Corredor Bioceânico: indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo. *Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania*, Ponta Porã, v. 3, n. 2, p. 154–72, 2019.

MARINHO, Mauricio de Alcantara. *Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)*. 2013. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.

MARTINI, Matheus; SCHREIBER, Dusan. ESG (Environmental, Social, and Governance) e desenvolvimento sustentável: governança corporativa e impactos sociais no Brasil. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, v. 22, n. 1, p. 28–42, 2025. Doi: <https://doi.org/10.26767/coloquio.222025.3648>

MARTINS, Leylane; SANTOS, Cristiane. Gestão de destinos, tecnologia social e inovação: conexão e construção para o turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 256–69, 2022.

MEDEIROS, Carolina Beltrão *et al.* Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 957–82, 2017.

PINHEIRO, Leandro Rogério. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 31, p. 1–30, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041>

SANTOS, Yuri Tomaz; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MEDIOTTE, Elias José; MATOS, Melina Castro. Planejamento e governança no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo: uma revisão sistemática. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 23, n. 90, p. 301–16, 2022.

SILVA, Ivan Conceição Martins da; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A complexidade da política de qualificação do Ministério do Turismo [Brasil]. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul, v. 14, n. 4, p. 1030–51, 2022.

TORRES, Roberto Dutra. Governabilidade, governança e poder informal: um problema central de sociologia política. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 153–71, 2016. Doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.19581>

TUZZO, Simone Antoniacci; SANTOS, Inês Guerra; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O caráter dialógico da pesquisa qualitativa. *New Trends in Qualitative Research*, Oliveira de Azeméis, v. 19, p. 1–11, 2024. Doi: <https://doi.org/10.36367/ntqr.19.2023.e864>

VENTURA, Andréa Cardoso; ANDRADE, José Célio Silveira; ALMEIDA, Ana Clara Andrade de. Soluções locais para problemas globais: análise de possíveis contribuições das tecnologias sociais para a mitigação do aquecimento global. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 768–95, 2011.

Sobre os autores:

Carla Cristina de Souza: Realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), vinculada ao projeto institucional Políticas Públicas e Diálogo Intersetorial: políticas públicas e sociais em saúde, educação, assistência social e desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul – Edital PROEXT-CAPES. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Ciências Sociais pela UFMS. Atua no Núcleo de Articulação em Inserção Social (Nisp/UCDB) e como colaboradora do Instituto Brasileiro de Inovações Pró Sociedade Saudável do Centro-Oeste (IBISS|CO). **E-mail:** carlinhacdsouza@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6948-642X>

Milton Augusto Pasquotto Mariani: Pós-Doutorado em Administração pela Universidade de

São Paulo (USP). Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela USP. Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Estudos Fronteiriços. **E-mail:** miltmari@terra.com.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>

Dyego de Oliveira Arruda: Doutor em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bacharel em Ciências Econômicas pela UFMS. É professor do quadro permanente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), lecionando em cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnico-Raciais (PPRER) da instituição. É também professor permanente (externo) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail:** dyego.arruda@gmail.com, **Orcid:** <http://lattes.cnpq.br/5222976964204691>

Patricia Zaczuk Bassinello: Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando nos cursos de Bacharelado em Turismo, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/CPAQ) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC), ambos da UFMS. Membro dos grupos de pesquisa: Laboratório Interdisciplinar de Estudos Culturais (LindeCult/UFMS), Educação Ambiental, Saberes e Ciências (Saci) e Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas do Turismo (Cet/UnB). **E-mail:** patricia.zaczuk@ufms.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4983-9221>

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editora-chefe responsável pelo artigo: Arlinda Cantero Dorsa.
